



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO TRE-RO N. 39/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO SEI TRE-RO N. 0000745-49.2022.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 43/2022

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO FIRMADO COM A EMPRESA INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERMEDIACÃO DE LIBRAS AO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893/SSP-RO e do CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, vem **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO TRE-RO N. 39/2022**, celebrado em 13/12/2022, firmado com a empresa **INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o n. 18.775.301/0001-52, com sede no Setor de Autarquia Sul – Quadra 04 – Bloco A, Sala 229 – Edifício Victoria Office Tower, Bairro Asa Sul, CEP: 70.070-938, em Brasília/DF, Telefone(s): (61) 98318-0405, E-mail(s): eventos@inoveproducao.com.br/ financeiro@inoveproducao.com.br, representada pelo senhor **FELIPE LACERDA SILVA**, brasileiro, portadora da Cédula de Identidade RG ***5892/SSP-DF e do CPF ***.702.611-**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em consonância com o disposto na Lei 8.666/1993, na Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e no Despacho n. 848/2023-GABDG, de 26/07/2023 (evento [1038147](#)), assim como nos demais fundamentos externados no Processo Administrativo supramencionado, e, ainda, mediante as Cláusulas a seguir:

DO OBJETO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo tem por objeto a **RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO TRE-RO N. 39/2022** (evento [0956401](#)), em face da inexecução parcial contratual por culpa da contratada **INOVE PRODUÇÃO DE EVENTOS E SHOW BAR EIRELI**, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, consoante exposto no Processo Administrativo Eletrônico SEI TRE-RO n. 0000745-49.2022.6.22.8000 e no Processo Administrativo Eletrônico SEI TRE-RO n. 0001264-87.2023.6.22.8000.

Subcláusula única - No anexo I deste instrumento consta o histórico desta contratação.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA SEGUNDA – Este Termo de Rescisão Unilateral terá vigência a contar da assinatura deste instrumento.

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo de Rescisão Unilateral é celebrado com fundamento no artigo 78, incisos I e II, e no artigo 79, inciso I, § 1º, todos da Lei 8.666/1993 e, ainda, c/c a Cláusula Décima Quinta do Contrato TRE-RO n. 39/2022, com o registro de que foi resguardado o Direito Constitucional de defesa disposto no parágrafo único do art. 78 da Lei 8.666/1993.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente Termo de Rescisão Unilateral no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia - DJE e no Diário Oficial da União - DOU, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do parágrafo único do art. 61, da Lei 8.666/1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estar justo e decidido, depois de lido e achado conforme, o presente instrumento foi assinado pela senhora Diretora Geral da Secretaria do TRE-RO, por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO.

Porto Velho/RO, julho de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora Geral do TRE-RO

ANEXO I DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO TRE-RO N. 39/2022

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas*:

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo em relação ao valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato TRE-RO n. 39/2022 (assinado em 13/12/2022) - Volume X do PA (evento 0956401) Vigência de 12 meses, a contar de 09/01/2023. Garantia: 3% do valor do instrumento contratual.	R\$ 63.000,00	-
Termo de Rescisão Unilateral do Contrato TRE- RO n. 39/2022, assinado em	-	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

_/07/2023 – Volume XIV do PA (evento 1040168)		
---	--	--

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 63.000,00
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES DESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/07/2023, às 14:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1040168** e o código CRC **F1345A95**.

0000745-49.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: SEDES/COEDE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Minuta de Termo de Rescisão Unilateral – Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 157 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento - COEDE, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital ([0800583](#)).

02. Após sagrar-se vencedora da fase de licitação, a empresa **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli**, inscrita no CNPJ sob o n. 18.775.301/0001-52, e o **Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO**, celebraram o Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)) e deram início à execução contratual do objeto.

03. Assim, na data de 10 de janeiro de 2023, reuniram-se para discutir a implementação do serviço de intérpretes remotos mediado por plataforma digital o servidor Ronaldo Pontes Moura, Coordenador de Educação e Desenvolvimento, a servidora Danielle Juliana de Sá Leitão Cruz, Chefe da Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho e a Senhora Mônica Ramon, do Departamento Comercial da empresa Inove Produção, com o intuito de definir os parâmetros para a implementação do serviço de intérpretes remotos em Libras, conforme descrito no Contrato nº 39/2022 ([0966650](#)).

04. Por meio da manifestação n. 1/2023 ([0967187](#)), a COEDE, unidade gestora do contrato, opinou pela rescisão contratual com base no artigo 78, incisos I referente à Lei 8.666/93 c/c cláusula décima quinta, do referido contrato e remeteu o feito à apreciação e deliberação superior ([0967498](#)).

05. A SAOFC em substituição manifestou-se pela devolução dos autos à COEDE para que a contratada fosse notificada e exercesse, no prazo de **5 dias úteis**, o **contraditório** e defesa prévia, nos termos do art. 32 da [IN 04/2008](#), observado ainda o disposto nos arts. **86 a 88 da Lei 8.666/93**, e **7º da Lei nº 10.520/02**, assim como o que consta no edital e no respectivo Contrato nº 39/2022 ([0966650](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Por conseguinte, a unidade gestora do contrato COEDE atendeu ao despacho da SAOFC e encaminhou notificação à contratada ([0968309](#) [0968560](#) [0968778](#) [0968804](#)) que, em resposta, apresentou as seguintes justificativas ([0970488](#)):

Ref.: Notificação nº 1/2023 – PRES/DG/SGP/COEDE

Assunto: Prestação de serviços de intermediação em Libras (SIL) Senhor Coordenador,

Vimos cumprimentando-o cordialmente, em atenção à notificação em referência, a fim de informar V.Sa., acerca dos procedimentos para a realização da prestação de serviços de intermediação em Libras.

Registramos oportunamente, que na reunião remota realizada no dia 10/01/2023, não foi solicitado qualquer prestação de serviços por parte do TRE-RO, foram discutidos assuntos inerentes a forma de como os serviços serão prestados e a peculiaridades a serem inseridas na plataforma digital que será utilizada em conjunto com as traduções por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Dessa forma, reiteramos que a INOVE está a disposição do TRE-RO para dar início a execução dos serviços, bem como cumprir integralmente o contrato. Apenas gostaríamos de solicitar a V.Sa., uma gentileza de ao solicitar a prestação de serviço, nos dê um tempo hábil para inserir no sistema da plataforma digital as informações referentes a tradução específica, inclusive gostaríamos de solicitar uma data na agenda de V.Sa., para nos reunirmos com o intuito de alinharmos a execução dos serviços.

Por fim, aproveitamos a oportunidade para renovar os protestos da mais elevada estima e consideração, bem como nos colocar à inteira disposição de V.Sa. para eventuais esclarecimentos adicionais.

07. Em resposta ao documento enviado pela empresa Inove Produção ([0970488](#)), a unidade gestora do contrato solicitou agendamento de reunião ([0970753](#) [0970768](#) [0971025](#)) para verificação da solução a ser apresentada pela empresa à luz dos requisitos de sistema listados no Termo de Referência nº 6/2022 ([0922524](#)).

08. Dando continuidade ao procedimento, a COEDE notificou formalmente a contratada para que iniciasse a execução dos serviços e concedeu o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento do presente expediente, para a entrega integral do objeto/solução da presente contratação e as respectivas ações necessárias de responsabilidade da empresa para o fiel cumprimento da obrigação, sob pena de abertura de processo administrativo sancionador, respeitado o devido processo legal ([0971233](#) [0972004](#)).

09. Nessa esteira, no dia 16 de fevereiro de 2023, foi iniciado procedimento remoto para verificação do funcionamento da plataforma digital disponibilizada pela empresa Inove ([0979518](#)), que foi representada pela Sra. Monica Ramon, contudo, não foi possível efetuar a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

verificação pois a empresa não conseguiu realizar os ajustes necessários para acesso e utilização do Sistema (Go To) para o fim contratado.

10. Após a juntada de e-mails ao processo contendo as tratativas necessárias à adequada execução contratual, a COEDE carrou aos autos ata n. 03/2023 ([0986792](#)) com as tentativas de ajustes necessários à tentativa de utilização dos serviços pelos cartórios do interior ([0987025](#)).

11. Em nova reunião com os cartórios do interior, a COEDE tratou sobre o treinamento dos cartórios eleitorais para uso da plataforma Goto e do serviço de intérpretes, além de outras explanações relacionadas à execução contratual ([0997904](#)).

12. Após o envio por parte da empresa contratada de e-mails contendo instruções para utilização do serviço e relatórios de atendimentos ([1007427](#) [1007429](#) [1007436](#)), a COEDE notificou novamente a contratada ([1008548](#) [1008555](#) [1008556](#)) para que apresentasse a garantia contratual no valor equivalente a 3% do contrato, a saber, R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais), a qual poderia ser efetivada em uma das modalidades descritas nos incisos I a III da Cláusula Sexta do Contrato nº 39/2022.

13. Ato contínuo, a SEGED, unidade responsável pela fiscalização do contrato, relatou as dificuldades para que fosse realizada a conferência dos atendimentos pela contratada e ainda informou que a empresa está agindo em desacordo com o que consta no contrato ([1009103](#)).

14. Em nova notificação à contratada ([1009117](#) [1009140](#)), a COEDE solicitou à empresa contratada para que apresentasse capacidade de atendimento de até dez pessoas simultaneamente e Plataforma de controle de chamados, conforme os critérios estabelecidos no Edital e Termo de Referência.

15. Assim, a empresa contratada apresentou minuta de seguro garantia ([1010119](#)) e a unidade gestora do contrato (COEDE) solicitou a emissão da nota de empenho no valor de R\$ 50.000,00, conforme Programação Orçamentária ([0935821](#)), e Informação SEGED ([0955933](#)).

16. A COFC remeteu o feito para emissão de empenho e disponibilidade orçamentária ([1011843](#)), além de realizar a juntada de certidões negativas e SICAF da empresa contratada Inove Produção ([1011853](#) [1011854](#) [1012274](#) [1012287](#)).

17. Em nova resposta às notificações que lhe foram enviadas, a empresa contratada solicitou dilação de prazos de atendimento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para adequação sistêmica e nova reunião de alinhamento com o fito de esclarecer pontos relevantes do serviço ([1014856](#) [1015980](#) [1016893](#)).

18. Durante a realização da reunião supracitada solicitada pela empresa Inove Produção, conforme se verifica por meio da Ata de n.10/2023, a empresa contratada suscitou a possibilidade de "rescisão contratual amigável", a COEDE elencou os pontos discutidos sobre a execução contratual e suas dificuldades ([1017572](#)), e, em seguida, concedeu prazo de 15 dias corridos para que a empresa contratada apresentasse plano de trabalho com vistas ao atendimento do disposto na Notificação nº 6/2023 ([1017607](#)) ([1019933](#)).

19. Em atendimento ao solicitado pela unidade gestora do contrato COEDE ([1017607](#)), a empresa contratada apresentou plano de trabalho para apreciação ([1025656](#) [1025659](#) [1025661](#)) das unidades responsáveis pelo acompanhamento contratual.

20. Assim, por meio da manifestação n. 14/2023 ([1025665](#)), a COEDE, unidade gestora do contrato, opinou pela rescisão contratual com base no artigo 78, incisos I referente à Lei 8.666/93 c/c cláusula décima quinta, do referido contrato, pela sanção de **impedimento de participar de novos processos licitatórios pelo prazo de dois anos** da empresa contratada e remeteu o feito à apreciação e deliberação superior ([1025665](#)).

21. Ato contínuo, por meio do Despacho n. 1368/2023 ([1028509](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à COEDE para instauração e regular instrução de processo de apuração de responsabilidade em autos apartados, e à SECONT, para elaboração da minuta de rescisão contratual, em consonância com o previsto no art. 79, I, da Lei 8.666/1993, c/c com a Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)).

22. Assim, veio ao processo a minuta do Termo de Rescisão Unilateral ([1034822](#)) do Contrato TRE-RO n. 39/2022 ([0956401](#)), havendo a SECONT enviado o processo para análise e emissão de parecer jurídico ([1034823](#)).

É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

23. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (0000745-49.2022.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022 - e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos - é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO.

24. O presente parecer se restringirá aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

25. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

III – ANÁLISE JURÍDICA

3.1 DA RESCISÃO CONTRATUAL

26. Os contratos administrativos têm como sua maior particularidade a busca constante pelo interesse público e a consequente sujeição aos princípios basilares do Direito Público, quais sejam, o da supremacia do interesse público sobre o particular e a indisponibilidade do interesse público. Isto acaba por fazer com que as partes do contrato administrativo não sejam colocadas em situação de igualdade, uma vez que, conforme amplamente sabido, são conferidas prerrogativas à Administração em face do particular que com ela contrata. São as chamadas “cláusulas exorbitantes”, que constituem poderes conferidos pela lei à Administração no manejo contratual que extrapolam os limites comumente utilizados no Direito Privado.

27. O artigo 58 da Lei nº 8.666/93, que trata dessas cláusulas, dispõe nos seguintes termos:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelamento apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual. (sem grifo no original)

28. Como se vê, a possibilidade de a Administração, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante que deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei. O art. 79, I, referido no dispositivo transcrito assevera:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

29. O mesmo dispositivo também apresenta em seu inciso II a rescisão amigável como uma das opções para o administrador, vejamos”

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

(...)

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

(...)

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

(...)

30. Por sua vez, o instrumento contratual que regula a avença sub examine dispõe em sua **Cláusula Décima Quinta:**

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei nº 8.666/93)

(...)

1. A rescisão contratual poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

(...)

25. Sobre o tema, também dispõe a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, verbis:

Art. 95. Cabe ao gestor do contrato avaliar as hipóteses em que se faz oportuna a rescisão contratual e propor a solução adequada ao suprimento da necessidade a ser atendida pelo contrato e a continuidade do fornecimento ou serviço.

3.2 DA IMPOSSIBILIDADE DE RESCISÃO AMIGÁVEL

31. A rescisão amigável é a extinção prematura do contrato administrativo por Acordo de vontade entre as partes, passível de ser realizada quando houver conveniência para a Administração Pública (art. 79, II da Lei nº 8.666/93). Tal modalidade de extinção requer, como não poderia ser diferente, a devida motivação pela autoridade competente – o art. 79, § 1º da Lei nº 8.666/93, exigem prévia autorização escrita e fundamentada da autoridade competente –, apta a demonstrar que se trata de solução condizente com o interesse público correlacionado ao objeto contratual, não podendo ocasionar prejuízo a ele.

32. A mera discricionariedade do gestor não é suficiente para respaldar a rescisão amigável se tal opção gerar dano ao interesse público, que é indisponível, sobretudo **quando se tratar de reiteradas e cristalinas condutas caracterizadoras da inexecução contratual, conforme pode ser observado nos autos.**

33. Ademais, a despeito de derivar de convergência de vontades entre as partes, a rescisão amigável não poderá ser adotada quando se estiver diante das hipóteses que configurem caso de rescisão unilateral. É que, nessas situações, há dever de se proceder à rescisão administrativa, com as consequências daí decorrentes.

34. Sobre esse último ponto, José Anacleto Abduch Santos (*Contratos administrativos*. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 24), reforça que a rescisão amigável “somente pode ser realizada quando não tiver havido inexecução contratual por parte do contratado que enseja a rescisão unilateral”. Não destoa dessa orientação a jurisprudência firmada no âmbito do Tribunal de Contas da União, conforme se pode depreender da ementa do Acórdão nº 740/2013 - Plenário:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

SUMÁRIO: RELATÓRIO DE AUDITORIA. OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DA BR-156/AP, KM 577,99 A KM 743,7. INDÍCIOS DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR POR DISPENSA DE

LICITAÇÃO. CONTRATO 22/2011-SETRAP. PROPOSTA DE CAUTELAR. OITIVA PRÉVIA. ESTADO DO PROCESSO PERMITE A ANÁLISE DE MÉRITO DO CONTROLE OBJETIVO DO

CONTRATO 22/2011-SETRAP. ARGUMENTOS APRESENTADOS PELA SETRAP/AP IDÔNEOS PARA AFASTAR A OCORRÊNCIA DA IRREGULARIDADE. ANÁLISE DA LEGALIDADE DA RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO 45/2010- SETRAP. DEFICIENTE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. OBRAS INICIADAS. CIRCUNSTÂNCIAS CONCRETAS POSSIBILITAM A CONVALIDAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SETRAP/AP. OFÍCIO DE CIÊNCIA.

1. O art. 64, § 2º da Lei 8.666/1993, pode ser utilizado, por analogia, para fundamentar a contratação de licitante remanescente, segundo a ordem de classificação, quando a empresa originalmente vencedora da licitação assinar o contrato e, antes de iniciar os serviços, desistir do ajuste e rescindir amigavelmente o contrato, desde que o novo contrato possua igual prazo e contenha as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado;

2. A ausência de menção expressa a tal situação fática na Lei 8.666/1993 não significa silêncio eloquente do legislador, constituindo lacuna legislativa passível de ser preenchida mediante analogia.

3. A rescisão amigável de contrato administrativa, especificada no art. 79, inciso II da Lei 8.666/1993, somente é cabível se houver conveniência para administração e não ocorrer nenhuma das hipóteses previstas na lei para a rescisão unilateral da avença.

4. Os princípios da proteção da confiança, da boa-fé, da proporcionalidade e da razoabilidade possibilitam, no presente caso concreto, a convalidação dos atos jurídicos praticados e a continuidade das obras. (grifamos)

3.3 DA RESCISÃO UNILATERAL

35. O artigo 78 da Lei 8.666/93, por sua vez, arrola uma série de hipóteses que dão ensejo à rescisão contratual, que podem ser enquadradas em quatro categorias distintas. O primeiro grupo de hipóteses relaciona-se à inexecução contratual de maneira geral que é a que nos interessa no caso em tela. Em uma segunda categoria, temos situações que legitimam a rescisão unilateral do contrato em decorrência de circunstâncias que afetam a pessoa do contratado. A terceira categoria, descrita no inciso XII, corresponde às razões de interesse público. Há, ainda, um último grupo, relacionado à ocorrência de caso fortuito ou força maior.

36. Passemos, pois, ao estudo do art. 78, incisos I, II e III, referido nas linhas acima, que segue transcrito a seguir:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

(...)

37. As ocorrências descritas pelo gestor do contrato nos autos (Manifestação nº 1/2023 e nº 14/2023, – COEDE - [0967187 1025665](#)), somadas às várias reuniões e notificações realizadas e já relatadas no âmbito deste parecer, melhor se emolduram às hipóteses legais de **extinção do contrato administrativo** descritas nos incisos I e II acima citados. Com relação ao **inciso I (inexecução contratual)**, **constata-se nos autos a inadimplência contratual** perpetrada pela empresa **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli**, ocorrida com ausência da entrega da disponibilidade dos serviços e os respectivos requisitos técnicos necessários, além do não atendimento das notificações carreadas aos autos. Já a configuração do **inciso II** (cumprimento irregular do contrato) ocorre quando a empresa contratada realizou entregas com pendências de hardware e software necessários para acessar o serviço, a exemplo dos requisitos técnicos especificados em edital e nas reclamações realizadas pelos cartórios do interior. Corrobora para os enquadramentos legais, o fato de que a própria contratada, após já notificada, admitiu as condutas, consoante na Ata n. 10/2023 ([1017572](#)), posto que a empresa identificou a impossibilidade de cumprimento do solicitado na Notificação nº 6/2023, mesmo tendo ciência prévia de todas as informações constantes do edital e seus anexos quando decidiu participar da licitação.

38. Conclui-se que o caso apresentado amolda-se à **extinção do contrato administrativo por razões de descumprimento das obrigações contratuais** perpetrada pela contratada e devidamente comprovada na instrução do presente procedimento, **impossibilitando, portanto, vislumbrar a possibilidade de rescisão amigável suscitada** ([1017572](#)), prevista no artigo 79, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos – LLC.

39. Nesse sentido, é importante mencionar que o Tribunal de Contas da União (TCU) entende que tendo cabimento a rescisão unilateral da avença não haverá que se falar na possibilidade de rescisão amigável. Veja-se:

Acórdão nº 740/2013 – Plenário

Sumário: (...) A rescisão amigável de contrato administrativo, especificada no art. 79, inciso II da Lei 8.666/1993, somente é cabível se houver conveniência para administração e **não ocorrer nenhuma das hipóteses previstas na lei para a rescisão unilateral da avença.** (...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Acórdão: (...)

9.2 (...) rescisão amigável do Contrato (...) sem a devida comprovação de conveniência para a Administração e **de que não houve os motivos para a rescisão unilateral do ajuste constitui irregularidade, o que afronta o art. 79, inciso II, da Lei 8.666/1993** (sem grifos no original).

40. No caso em apreço, a rescisão unilateral pretendida, caso a autoridade competente assim entenda por meio da observância da conveniência da administração, será motivada pela transgressão contratual da empresa **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli**, CNPJ sob o n. 18.775.301/0001-52 e, assim, encontra fundamento no art. 78, I e II da Lei nº 8.666/93 c/c **Cláusula Décima Quinta**, do Contrato nº 39/2022.

3.4 DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO

41. No tocante as garantias processuais administrativas da empresa contratada, todas as providências acerca da comunicação à empresa contratada, em tempo hábil, foram tomadas na intenção do prosseguimento da correta execução dos serviços, bem como cientificou-se que suas condutas poderiam causar a rescisão contratual, como se verifica principalmente pelas Notificações nº 01/2023 e 06/2023 ([0968309](#)) ([1009117](#)). Cabe ainda ressaltar que a empresa **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli** apresentou diversas justificativas às notificações e reuniões realizadas, teve oportunidade de apresentação de novos planos de trabalho ([1025661](#)) e inclusive com novos prazos ([0971233](#)), exercendo efetivamente sua defesa nos autos, mas, por fim, acabou aventando a rescisão amigável. Nesse aspecto, acerca da necessidade de ser ouvida a empresa contratada, veja-se o que acentua o Professor Marçal Justen Filho: "O contratado terá direito a ser ouvido, especialmente para defender seus interesses no tocante à apuração das perdas e danos. É necessário observar que o devido processo é obrigatório nos casos de rescisão unilateral do contrato."

42. Configuradas quaisquer das hipóteses previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei nº 8.666/93, surge para a Administração a possibilidade da rescisão unilateral do Contrato Administrativo, ressaltando-se que na forma do **Parágrafo único, do art. 78**, da referida Lei, os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ou seja, **para que ocorra a rescisão unilateral do Contrato Administrativo, antes deverá ocorrer regular procedimento administrativo de apuração dos motivos de fato e de direito que deram causa a ocorrência da(s) hipótese(s) descrita(s) na norma como**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ensejadora(s) de rescisão unilateral, sendo respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa em todas as suas fases.

43. Assim, observa-se que o **devido processo legal para o processamento da rescisão unilateral do Contrato nº 39/2022 foi observado no presente procedimento**, na medida em que a contratada foi devidamente notificada nos termos acima explanado e sempre recebeu prazo razoável para resposta e adequação da prestação dos serviços. Registra-se que ao lado da exigência legal de motivação formalizada nos autos do processo e de observância do contraditório e da ampla defesa (art. 78, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93), a pretendida rescisão unilateral requer, caso seja efetuada pela autoridade competente, a existência de ato unilateral e escrito (Termo de Rescisão), bem como a autorização escrita e fundamentada da autoridade competente que revele de forma explícita as razões da rescisão (art. 79, I e § 1º, Lei nº 8.666/93.)

3.5 DA RETENÇÃO DE CRÉDITOS E EXECUÇÃO DA GARANTIA

44. É importante destacar que a rescisão administrativa pode gerar algumas consequências específicas, como define o art. 80 da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração. (sem grifos no original)

45. Referente a retenção de crédito a Lei nº. 8.666/93 prevê a possibilidade de retenção do pagamento na hipótese de rescisão unilateral do contrato, motivada pelo inadimplemento das obrigações assumidas pelo particular. A retenção se dará até o limite dos eventuais prejuízos causados à Administração. Tal hipótese encontra-se prevista no artigo 79, inciso I, cumulado com o artigo 80, inciso IV, da Lei nº. 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

46. O artigo 87 da Lei nº. 8.666/1993 ainda prevê que, na hipótese de multa aplicada ao particular em valores que superem a garantia de execução de contrato inicialmente prestada, será glosada dos pagamentos devidos ao contratado a respectiva diferença:

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

47. A IN nº 05/2017 não inova e nem contraria a Lei nº 8.666/93, mas tão somente ratifica que a glosa poderá ocorrer em caso de rescisão e inadimplemento contratual, poderá coexistir com as sanções administrativas, inclusive para complementar eventual multa aplicada, e para efetivação das retenções, observado sempre o devido processo legal.

Art. 66. O órgão ou entidade poderá ainda:

I - nos casos de obrigação de pagamento de multa pela contratada, reter a garantia prestada a ser executada conforme legislação que rege a matéria; e

II - nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 80 da Lei n. 8.666, de 1993, reter os eventuais créditos existentes em favor da contratada decorrentes do contrato.

Parágrafo único. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

48. Quanto a execução da garantia, a cláusula sexta do Ajuste em comento ([0956401](#)), determina que a garantia da presente contratação assegurará o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas, o pagamento de prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato, além de multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

49. Além disso, ainda se deve ressaltar ser perfeitamente cabível a execução da garantia para a liquidação da multa aplicada ao contratado. Nesse sentido é o entendimento de Lucas Rocha Furtados, em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seu livro Curso de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Fórum, 2007, p. 454, que esclarece que quando há débito do contratado para com Administração, decorram de prejuízos causados à Administração ou de multas aplicadas ao contratado, pode a Administração apropriar-se diretamente da garantia prestada, independentemente da propositura de qualquer ação judicial.

50. Quanto a ordem de execução de créditos e garantia, a Advocacia Geral da União (AGU) no item 21 e seguintes do Parecer 001/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, assim esboça:

21. No tocante à ordem de preferência estabelecida no art. 86 da Lei 8.666/93 com fins ao pagamento de multa, entende-se que a inversão não será possível. É que nesse caso, o legislador foi expresso quanto à necessidade de execução da garantia com precedência na retenção dos créditos decorrentes do contrato. Veja-se:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, à qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22. Observa-se claramente que o legislador estabeleceu que o desconto nos pagamentos devidos pela Administração somente ocorrerá se o valor da multa for superior à garantia. A mesma condicionante foi prevista no §1º do art. 87:

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

23. É tão clara a intenção da lei que, no art. 80, não foi prevista a possibilidade de retenção de crédito para o pagamento de multa, mas tão somente a execução da garantia.

Art. 80. A rescisão de que trata o inciso I do artigo anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 desta Lei;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o Limite dos prejuízos causados à Administração.

24. A despeito de entendimento da doutrina em sentido contrário, baseado na impossibilidade de execução direta da garantia, salvo no caso de ter sido prestada em moeda corrente, o cotejo minucioso da norma demonstra a inviabilidade da inversão. Registre-se que a retenção prevista no inciso IV, conforme dito alhures, justifica-se pelo grande risco de a Administração não ser ressarcida dos danos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

causados, tendo em vista que se trata de contrato findo e garantia válida por apenas três meses após a rescisão.

25. No caso da multa prevista nos arts. 86 c 87, a inversão da ordem com a retenção dos pagamentos poderia acarretar prejuízo na própria execução do contrato em curso, uma vez que os valores das faturas mensais, via de regra, são utilizados para custeio das despesas decorrentes da prestação dos serviços contratados.

26. Contudo, considera-se que não só a insuficiência do valor da garantia, mas também a impossibilidade de execução direta autoriza a retenção dos créditos em favor da contratada.

27. **Com efeito, se o objetivo da garantia é cercar a Administração das cautelas para evitar prejuízos ao patrimônio público, não seria razoável impedir a retenção dos créditos quando a garantia prestada não atender aos fins a que se destina.** *sem grifos no original*

51. No caso ora em análise, a empresa contratada **Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli**, nos termos da Cláusula Sexta do Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)), optou pela garantia contratual na forma de Seguro Garantia ([1010119](#)). Dessa forma deve a administração analisar a ordem de execução, se primeiro a garantia ou os créditos em favor da empresa contratada.

3.6 DA MINUTA DO TERMO DE RESCISÃO CONTRAUTAL

52. Por final, resta-nos promover a análise da minuta de Termo de Rescisão juntada aos autos no evento ([1034822](#)).

53. A minuta de Termo de Rescisão ([1034822](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Destaca-se, todavia, a necessidade de um pequeno ajuste na redação da sua **CLÁUSULA TERCEIRA** para constar, **não que será**, mas (...) *que foi resguardado o Direito Constitucional de defesa*. Por oportuno **excluir também o ponto de ? após o número do contrato**. Tais ajustes podem ser processadas previamente à assinatura do ato pelo gestor.

IV – CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

54. Pelo exposto, esta Assessoria Jurídica:

I - Entende que estão presentes os elementos aptos para fundamentar a rescisão contratual unilateral pretendida pela Administração, inclusive com a garantia do contraditório e ampla defesa à contratada analisada na seção 3.4 deste parecer, podendo o ato ser praticado com fundamento nos **arts. 78, I, e I c/c art. 79, I, § 1º, da Lei n. 8.666/93** e, ainda, com supedâneo na **Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022 (0956401)**, sem prejuízo de apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanção pelos descumprimentos perpetrados, observados o contraditório e a ampla Defesa;

II - Alerta para o fato de que a rescisão administrativa unilateral pode gerar consequências específicas, descritas na seção 3.5 deste parecer, a saber: possibilidade de retenção de pagamentos e a execução da garantia para assegurar pagamento de eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura;

III - Muito embora não se trate de invalidação, mas de rescisão contratual, atento às regras do **§ 1º do art. 20 e art. 21 do Decreto-Lei 4657/1942** (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro), poderá a autoridade administrativa certificar-se acerca das consequências práticas da decisão no atendimento da demanda objeto do contrato, assim como as providências que serão adotadas pela unidade responsável para essa finalidade.

IV - Para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, **APROVA** as disposições contidas na minuta do Termo de Rescisão do referido contrato, juntada no evento ([1034822](#)), **devendo ser observados, todavia, os ajustes apontados no item 53 deste parecer.**

55. Releva destacar também a necessária **publicação do ato de rescisão**, a qual deverá se dar nos mesmo veículos nos quais se deram sua formalização, ou seja, no DOU, em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, como também no Diário da Justiça Eletrônico deste Tribunal.

À consideração da autoridade competente.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 19/07/2023, às 14:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 19/07/2023, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000745-49.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

ASSUNTO: Rescisão Unilateral – Contrato n. 39/2022 – Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli – Prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital.

DESPACHO Nº 848 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Avaliação e Gestão do Desempenho - SEGED, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Intermediação de Libras (Língua Brasileira de Sinais) por meio de plataforma digital ([0800583](#)).

Após ser declarada vencedora da fase de licitação, a empresa Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli, CNPJ n. 18.775.301/0001-52, e o Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE-RO celebraram o Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)) e deram início à execução contratual do objeto.

Entretanto, a COEDE - unidade gestora do contrato - encaminhou notificação à contratada ([0968309](#), [0968560](#), [0968778](#) e [0968804](#)), por ter constatado significativo atraso na entrega de vários documentos inerentes à contratação, bem como descumprimento de obrigações contratuais. Em resposta, a empresa apresentou as justificativas carreadas no evento n. [0970488](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Após reiteradas tratativas entre a COEDE e a Contratada, no intuito de ajustar o procedimento, a empresa contratada enviou vários e-mails contendo instruções para utilização do serviço e relatórios de atendimentos ([1007427](#), [1007429](#), [1007436](#)). Contudo, a empresa foi novamente apresentada ([1008548](#), [1008555](#) e [1008556](#)) para que apresentasse a garantia contratual no valor equivalente a 3% (três por cento) do contrato, a saber, R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais), a qual poderia ser efetivada em uma das modalidades descritas nos incisos I a III da Cláusula Sexta do Contrato n. 39/2022.

Ato contínuo, a SEGED relatou as dificuldades para que fosse realizada a conferência dos atendimentos pela contratada e, ainda, informou que a empresa estaria agindo em desacordo com o que consta no contrato ([1009103](#)).

Em nova notificação à contratada ([1009117](#) e [1009140](#)), a COEDE solicitou à empresa para que apresentasse capacidade de atendimento de até dez pessoas simultaneamente e a plataforma de controle de chamados, conforme os critérios estabelecidos no Edital e Termo de Referência.

Assim, a empresa contratada apresentou minuta de seguro garantia ([1010119](#)) e a unidade gestora do contrato solicitou a emissão da nota de empenho no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme Programação Orçamentária ([0935821](#)) e Informação SEGED ([0955933](#)).

A COFC remeteu o feito para emissão de empenho e disponibilidade orçamentária ([1011843](#)), além de realizar a juntada de certidões negativas e SICAF da empresa contratada Inove Produção ([1011853](#), [1011854](#), [1012274](#) e [1012287](#)).

Em nova resposta às notificações que lhe foram enviadas, a empresa contratada solicitou dilação de prazos de atendimento para adequação do sistema e nova reunião de alinhamento com o fito de esclarecer pontos relevantes do serviço ([1014856](#), [1015980](#) e [1016893](#)).

Durante a realização da reunião solicitada pela empresa Inove Produção, conforme se verifica da Ata n.10/2023, a empresa contratada suscitou a possibilidade de "rescisão contratual amigável".

A COEDE elencou os pontos discutidos sobre a execução contratual e suas dificuldades ([1017572](#)) e, em seguida, concedeu prazo de 15 (quinze) dias corridos para que a empresa apresentasse plano de trabalho com vistas ao atendimento do disposto na Notificação n. 6/2023 ([1017607](#)), devidamente recebida pela empresa ([1019933](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em resposta ao solicitado pela COEDE ([1017607](#)), a contratada apresentou plano de trabalho ([1025656](#), [1025659](#) e [1025661](#)) para apreciação das unidades responsáveis pelo acompanhamento contratual.

Por meio da Manifestação n. 14/2023 ([1025665](#)), a COEDE opinou pela rescisão contratual com base no artigo 78, incisos I, da Lei n. 8.666/93 c/c cláusula décima quinta, do referido contrato, pela sanção de impedimento de participar de novos processos licitatórios pelo prazo de dois anos da empresa contratada, remetendo o feito à apreciação e deliberação superior.

Na sequência, por meio do Despacho n. 1368/2023 ([1028509](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo, concomitantemente: à COEDE, para instauração e regular instrução de processo de apuração de responsabilidade em autos apartados; e à SECONT, para elaboração da minuta de rescisão contratual, em consonância com o previsto no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, c/c com a Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)).

A SECONT juntou ao processo a minuta do Termo de Rescisão Unilateral ([1034822](#)) do Contrato TRE-RO n. 39/2022 ([0956401](#)) e remeteu para análise e emissão de parecer jurídico ([1034823](#)).

Instada, a AJSAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 157/2023 ([1036288](#)), no qual, ante a verificação dos elementos aptos para fundamentar a rescisão contratual unilateral pretendida pela Administração, inclusive com a garantia do contraditório e ampla defesa à contratada, analisada na seção 3.4 do parecer, entende que o ato pode ser praticado com fundamento nos arts. 78, incisos I e II c/c art. 79, inciso I, § 1º, da Lei n. 8.666/93 e, ainda, com supedâneo na Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)), sem prejuízo de apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanção pelos descumprimentos perpetrados, observados o contraditório e a ampla defesa.

Alerta, ainda, para o fato de que a rescisão administrativa unilateral pode gerar consequências específicas, descritas na seção 3.5 daquele parecer, a saber: possibilidade de retenção de pagamentos e a execução da garantia para assegurar pagamento de eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da contratada, eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura. Por fim, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, aprovou as disposições contidas na minuta do Termo de Rescisão do referido contrato,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

juntada no evento n. [1034822](#), com a ressalva acerca da necessidade de observância dos ajustes apontados no item 53 do parecer.

Em atendimento à ressalva indicada no item 53 do Parecer Jurídico n. 157/2023 ([1036288](#)), a SECONT juntou nova minuta de Termo de Rescisão no evento n. [1036737](#), contendo os ajustes solicitados.

A SAOFC manifestou-se pela rescisão contratual unilateral do Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)), com fundamento na Cláusula Décima Quinta do instrumento contratual, e nos arts. 78, incisos I e II, e art. 79, I, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, bem como no artigo 41 da IN 04-2008 TRE-RO, sem prejuízo de apuração de responsabilidades e eventual aplicação de sanção pelos descumprimentos perpetrados, observados o contraditório e a ampla defesa; e pela publicação do ato de rescisão, que deverá acontecer nos mesmos veículos nos quais se deram sua formalização, ou seja, no Diário Oficial da União (DOU), em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, como também no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) deste Tribunal, em respeito ao princípio da publicidade ([1036782](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise.

A possibilidade de a Administração, de modo unilateral, extinguir o contrato administrativo é, indiscutivelmente, poder exorbitante, conferido pela lei à Administração no manejo contratual que extrapola os limites comumente utilizados no Direito Privado, o qual deverá ser utilizado dentro das hipóteses autorizadas em lei, em especial a Lei n. 8.666/93, que dispõe nos seguintes termos:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

III - fiscalizar-lhes a execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual. (sem grifo no original)

Em contrapartida, o art. 79 da mesma lei assevera:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

(...)

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

(...)

Por sua vez, o Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)), instrumento contratual que regula a avença *sub examine*, assim estabelece em sua **Cláusula Décima Quinta**, *in verbis*:

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

1. A rescisão contratual poderá ser:

a) Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e

c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

(...)

Sobre o tema, também dispõe a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, *verbis*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 95. Cabe ao gestor do contrato avaliar as hipóteses em que se faz oportuna a rescisão contratual e propor a solução adequada ao suprimento da necessidade a ser atendida pelo contrato e a continuidade do fornecimento ou serviço.

O artigo 78 da Lei 8.666/93, por sua vez, arrola uma série de hipóteses que dão ensejo à rescisão contratual, que podem ser enquadradas em quatro categorias distintas. Veja-se:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

(...)

Verifica-se que as ocorrências descritas pelo gestor do contrato nos autos (Manifestação n. 14/2023-COEDE, evento n. [1025665](#)), e ratificadas pelo Secretário da SAOFC (Despacho n. 1368/2023 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [1028509](#)) melhor se amoldam às hipóteses legais de extinção do contrato administrativo descritas nos incisos I e II acima citados. Com relação ao inciso I (inexecução contratual), constata-se nos autos a inadimplência contratual perpetrada pela empresa Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), ocorrida com ausência da entrega dos serviços na data estabelecida e não atendimento integral da notificação juntada no evento n. [1009117](#) e na Ata n. 10/2023 (evento n. [1017572](#)).

Já a configuração do inciso II (cumprimento irregular do contrato) ocorreu quando a empresa contratada realizou entregas com pendências de hardware e software necessários para acessar o serviço, a exemplo dos requisitos técnicos especificados em edital e nas reclamações realizadas pelos cartórios do interior. Corroborando para os enquadramentos legais o fato de que a própria contratada, após já notificada, ter admitido as condutas, consoante na Ata n. 10/2023 ([1017572](#)), considerando que a empresa identificou a impossibilidade de cumprimento do solicitado na Notificação n. 6/2023, mesmo tendo ciência prévia de todas as informações constantes do edital e seus anexos quando decidiu participar da licitação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ademais, a rescisão unilateral por prática de infrações contratuais cometida pela contratada também está definida no bojo do Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)).

Conclui-se que o caso apresentado amolda-se à extinção do contrato administrativo por razões de descumprimento das obrigações contratuais perpetrada pela contratada e devidamente comprovada na instrução do presente procedimento, impossibilitando, portanto, vislumbrar a possibilidade de rescisão amigável requerida pela empresa ([1017572](#)), prevista no artigo 79, inciso II, da Lei de Licitações e Contratos – LLC.

Não obstante, no caso em apreço, a rescisão unilateral pretendida, em observância à conveniência da administração, será motivada pelo descumprimento contratual da empresa Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52) e, assim, encontra fundamento no art. 78, incisos I e II da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Décima Quinta do Contrato n. 39/2022.

Inequívoco que o devido processo legal para o processamento da rescisão unilateral do Contrato n. 39/2022 foi observado no presente procedimento, na medida em que a contratada fora devidamente notificada e manifestou suas justificativas sobre o ocorrido ([0970488](#)). Ao lado da exigência legal de motivação formalizada nos autos do processo e de observância do contraditório e da ampla defesa (art. 78, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93).

Como consequência disso, destaca-se que a rescisão administrativa pode gerar algumas consequências específicas, como define o art. 80 da Lei n. 8.666/93, quais sejam: a) execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos; b) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

No presente caso, a empresa contratada Inove Produção de Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), nos termos da Cláusula Sexta do Contrato n. 39/2022 ([0956401](#)), optou pela garantia contratual na forma de Seguro Garantia, conforme apólice juntada nos autos ([1010119](#)). Dessa forma, deve esta Administração analisar a ordem de execução, se primeiro a garantia ou os créditos em favor da empresa contratada.

Assim, em razão do descumprimento dos termos contratuais, pela delegação contida no artigo 1º, inciso II, da Portaria TRE-RO n. 66/2018, determino:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N. 39/2022 ([0956401](#)), firmado com a empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), com fundamento na Cláusula Décima Quinta do instrumento contratual, no art. 78, incisos I e II; e art. 79, incisos I e II, da Lei n. 8.666/1993, bem como no artigo 41 da IN 04-2008 TRE-RO;

b) cancelamento da Nota de Empenho n. 2023NE000278 ([1012274](#));

c) publicação do ato de rescisão nos mesmos veículos de comunicação nos quais se deram sua formalização, ou seja, no Diário Oficial da União (DOU), em razão do valor ultrapassar o limite fixado no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/93, como também no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) deste Tribunal, em respeito ao princípio da publicidade;

d) a intimação da empresa Inove Produção De Eventos e Show Bar Eireli (CNPJ n. 18.775.301/0001-52), do inteiro teor da decisão, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "e", da Lei n. 8.666/1993 c/c parágrafo único do artigo 20 do Decreto n. 7.892/13, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

A análise das penalidades sugeridas será realizada após necessário contraditório.

À SAOFC para cumprimento e continuidade, **em caráter de urgência.**



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 26/07/2023, às 19:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1038147** e o código CRC **0FB5543A**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000745-49.2022.6.22.8000